



Governo precisa arrecadar mais impostos, afirma relator da LDO

De acordo com Wellington Fagundes, meta fiscal de 2017 só será cumprida se Poder Executivo se esforçar para criar novos impostos, como a CPMF

O senador Wellington Fagundes entregou no domingo à Comissão Mista de Orçamento (CMO) o relatório sobre a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) de 2017. De acordo com ele, a CMO deve votá-lo amanhã e há a possibilidade de o Congresso aprová-lo no mesmo dia. Entretanto, o relator aponta a possibilidade de a decisão final acabar adiada para

agosto, já que amanhã a Câmara dos Deputados deve eleger novo presidente, o que impediria a reunião do Congresso. De acordo com Wellington, a meta de déficit prevista pelo governo para as contas de 2017, de R\$ 139 bilhões, só será cumprida caso sejam criadas novas fontes tributárias, como a CPMF. A recriação do tributo depende do aval do Congresso. **3**

O relator da Lei de Diretrizes Orçamentárias, senador Wellington Fagundes, diz que meta para 2017 só será cumprida se governo conseguir elevar arrecadação



Ano Volpe/Agência Senado

Edilson Rodrigues/Agência Senado — 6/7/2016



Servidores de mais de 40 carreiras esperam reajuste

Oito propostas de recombinação salarial para servidores civis e militares devem ser votadas hoje na Comissão de Assuntos Econômicos. Os textos foram aprovados semana passada na Comissão de Constituição e Justiça.

Os reajustes beneficiam servidores da Câmara, do Tribunal de Contas da União, da Advocacia-Geral da União, da Polícia Federal, do Banco Central, de três ministérios e de ex-territórios federais, além de outras 40 carreiras. **2**

Ministro do Planejamento, Dyogo de Oliveira defende o reajuste na CCJ, na semana passada, ao lado de Renan Calheiros, José Pimentel e Gleisi Hoffmann

Comissão deve votar projeto sobre abuso de autoridade hoje

Na pauta da Comissão de Consolidação da Legislação Federal e Regulamentação da Constituição, texto divide senadores. Para críticos, ele reduz poder de investigador. Para defensores, lei requer atualização. **3**

Leopoldo Silva/Agência Senado — 16/6/2016



Mudança de sexo e de nome em documentos pode virar lei

Um projeto para resolver a dificuldade que muitas pessoas transexuais encontram para trocar de nome e sexo nos documentos está sendo analisado pelo Senado. A

proposta busca “colaborar para uma cultura de aceitação das diversidades”, evitar constrangimentos e garantir um direito, segundo a autora do projeto, Marta Suplicy. **4**

Ludymilla Santiago, servidora pública transexual, explica que hoje, para alterar os documentos de identificação, é preciso recorrer à Justiça

JOVEM SENADOR

ESPORTE: EDUCAÇÃO E INCLUSÃO

Todos os anos, estudantes de todo o país têm a oportunidade de conhecer a importância da atividade legislativa no Projeto Jovem Senador. É o Senado unindo a experiência e a juventude para fortalecer a cidadania. Conheça o projeto em www.senado.gov.br/jovemsenador

Parceria: Realização:

Reunião da Comissão de Assuntos Econômicos delibera sobre oito propostas de recomposição salarial do funcionalismo, além do teto de 12% para querosene de aviação

Comissão vota projetos de reajustes salariais

OITO PROJETOS DE reajustes salariais para servidores públicos civis e militares federais estão na pauta de hoje da Comissão de Assuntos Econômicos (CAE). Essas propostas foram aprovadas na semana passada pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ).

Os reajustes beneficiam servidores da Câmara dos Deputados, do Tribunal de Contas da União, da Advocacia-Geral da União, da Polícia Federal, do Banco Central, dos Ministérios da Educação, da Cultura e do Desenvolvimento Agrário e de ex-territórios federais, além de outras 40 carreiras, como agentes penitenciários, médicos e técnicos de hospitais públicos. Um dos projetos, o PLC 37/2016, reajusta o soldo dos militares.

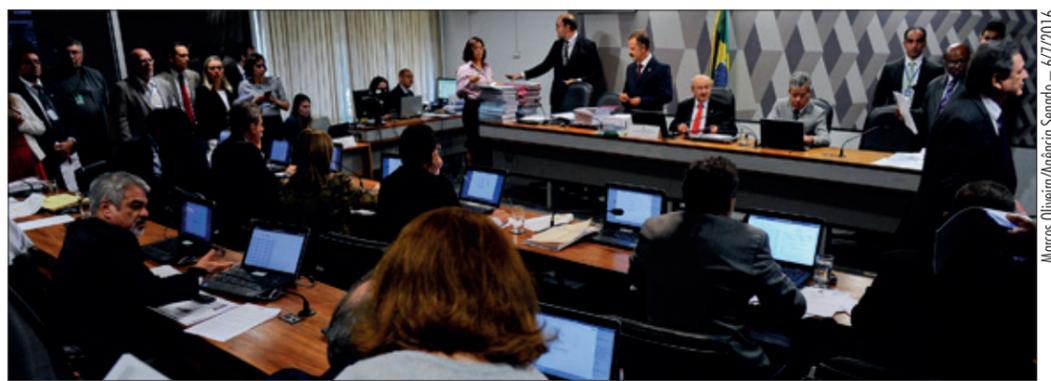
Já o PLC 36/2016 traz outro benefício além do reajuste para

as carreiras jurídicas (advogados da União e procuradores federais, da Fazenda Nacional e do Banco Central). Esses servidores foram contemplados com a regulamentação dos honorários advocatícios, um adicional pelas causas ganhas pelo profissional.

Esses honorários serão pagos na forma de frações de cotas de R\$ 3 mil, às quais cada servidor fará jus na medida do tempo de serviço. Apenas advogados e procuradores com mais de quatro anos de exercício no cargo terão direito a cotas integrais.

Teto

No total, são 14 os projetos aprovados pela Câmara dos Deputados reajutando os salários de servidores federais. Dois deles foram aprovados pelo Senado e encaminhados à sanção: o PLC 26/2016 e o



Os oito projetos já foram aprovados pela Comissão de Constituição e Justiça, que vota três amanhã, como o teto do STF

PLC 29/2016, que reajustam os salários dos servidores do Ministério Público e do Judiciário, respectivamente. Outro, o PL 4.244/2015, que reajusta os salários dos servidores do Senado, foi convertido na Lei 13.302/2016.

A CCJ deverá votar amanhã três projetos que também promovem reajustes. O mais polêmico deles (PLC 27/2016) eleva o teto remuneratório do

funcionalismo público federal ao reajustar os subsídios dos ministros do Supremo Tribunal Federal (STF), que passam a receber R\$ 39.293 a partir de 2017. Os demais membros do Judiciário têm as remunerações vinculadas a esse teto, portanto, o reajuste dos ministros do STF implica também reajuste para juízes e desembargadores.

O procurador-geral da Re-

pública e o defensor público-geral da União estão na fila para aumentos. Os projetos relativos a eles promovem reajustes proporcionais dentro das carreiras do Ministério Público Federal e da Defensoria Pública da União.

A pauta completa da CAE tem 26 itens. Entre eles, o que fixa teto de 12% para a alíquota interna do ICMS do querosene de aviação (PRS 55/2015).

Legalização dos jogos de azar deve ser mais debatida, diz Vanessa

Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) defendeu discussão mais aprofundada de projetos polêmicos que estão



Waldemir Barreto/Agência Senado

na pauta do Senado nesta semana, como o que estipula teto para o endividamento público. A senadora também citou o projeto que legaliza os jogos de azar. Ela lembrou que sempre que esse projeto vem à pauta, fala-se na necessidade de aprová-lo rapidamente, sem debater as consequências, quanto será arrecadado com a cobrança de impostos e quais os problemas que a liberação de jogos pode trazer para o país.

— Não podemos aprovar de forma açodada um projeto cujo impacto social é tão forte como esse. Quem não sabe que os jogos de azar andam de mãos dadas com o tráfico de drogas e de armas e a lavagem de dinheiro? Qual é a capacidade do Estado brasileiro de fiscalizar essas atividades? — indagou.

Gladson lista obras de infraestrutura prioritárias no Acre

O governo federal garantiu recursos para a restauração da BR-364, rodovia que pretende integrar o Brasil ao Peru e à Bolívia e abrir uma via de acesso ao Pacífico, comemorou Gladson Cameli (PP-AC). Também será destinada verba para refazer o trecho de 400 quilômetros entre Rio Branco e Cruzeiro do Sul (AC).

O senador acrescentou que o Acre tem várias demandas de infraestrutura, como a continuação das obras da ponte sobre o Rio Madeira, que liga o estado ao restante do país.

— Vamos entregar em 2 de agosto ao presidente da República um relatório das obras prioritárias. No Acre há tantas pendências. Além da BR-364, temos urgência nas obras de manutenção da BR-317 e precisamos finalizar a ampliação e a reforma do terminal de passageiros e da pista do aeroporto internacional em Rio Branco.



Waldemir Barreto/Agência Senado

Lindbergh critica MP que muda concessão de auxílio-doença

A medida provisória que trata da revisão dos beneficiários do auxílio-doença e da aposentadoria por invalidez



Waldemir Barreto/Agência Senado

recebeu críticas de Lindbergh Farias (PT-RJ). Segundo o senador, a MP 739/2016, editada pelo governo Michel Temer e publicada na sexta-feira, foi apelidada por Paulo Paim (PT-RS) de MP da Morte, devido aos grandes prejuízos que pode trazer aos trabalhadores e aposentados. Para Lindbergh, muitos doentes serão obrigados a voltar à atividade e, sem condições de trabalhar, poderão até ser demitidos.

— Há dinheiro para pagar emenda parlamentar, fazer negociação com governadores e pagar as empreiteiras que devem ao governo federal. Mas o ajuste violentíssimo cai em cima do trabalhador. Essa MP não combate fraudes e vai trazer mais injustiça para os que precisam do Estado.

AGENDA

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço: <http://bit.ly/agendaLegislativa>



CCT Incentivo à inovação

8h45 A comissão pode votar o PLS 547/2011, que estimula a inovação no Brasil, e mais 22 itens.

CAE Reajuste na Câmara

10h A comissão analisa, entre outros itens, o PLC 30/2016, que reajusta a remuneração dos servidores da Câmara dos Deputados.

CDH Trabalho e justiça fiscal

10h A comissão faz audiência pública interativa para discutir "O mundo do trabalho: desemprego, aposentadoria e discriminação, com foco na justiça fiscal".

PACTO FEDERATIVO Requerimentos

11h30 A comissão analisa requerimentos.

CE Educação inclusiva

11h45 A comissão vota, entre outros itens, o PLS 208/2016, que prevê a obrigatoriedade do desenvolvimento de programas, projetos e ações de atendimento educacional de jovens e adultos com deficiência, e o PLC 177/2015, que cria mecanismos de apoio à promoção de destinos e turísticos brasileiros.

PRESIDÊNCIA Emenda constitucional

12h Renan Calheiros participa de sessão de promulgação de emenda constitucional. Às 16h, ordem do dia.

CONGRESSO Promulgação

12h Sessão solene do Congresso para promulgar a emenda constitucional que reconhece o TST como órgão do Judiciário.

CÓDIGO DA AERONÁUTICA Instalação

14h Instalação e apresentação do plano de trabalho da comissão especial destinada a examinar o PLS 258/2016, que atualiza o Código Brasileiro de Aeronáutica.

PLENÁRIO Jogos de azar

14h Abre a pauta o texto que regulamenta a exploração de jogos de azar no país.

BELO MONTE Pendências

14h A subcomissão temporária se reúne para buscar soluções de pendências para a implantação da usina.

LEGISLAÇÃO FEDERAL Abuso

14h30 A comissão analisa o PLS 280/2016, que define os crimes de abuso de autoridade.

SESSÃO ON-LINE

Confira a íntegra das sessões no **Plenário**: <http://bit.ly/plenarioOnline>

Confira a íntegra das sessões nas **comissões**: <http://bit.ly/comissoesOnline>

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Renan Calheiros
Primeiro-vice-presidente: Jorge Viana
Segundo-vice-presidente: Romero Jucá
Primeiro-secretário: Vicentinho Alves
Segundo-secretário: Zeze Perrella
Terceiro-secretário: Gladson Cameli
Quarta-secretária: Ângela Portela
Suplentes de secretário: Sérgio Petecão, João Alberto Souza, Elmano Férrer

Secretário-geral da Mesa: Luiz Fernando Bandeira
Diretora-geral: Ilana Trombka

SECRETARIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

Diretora: Virgínia Malheiros Galvez
Diretora-adjunta: Edna de Souza Carvalho
Diretora de Jornalismo: Ester Monteiro

SECRETARIA AGÊNCIA E JORNAL DO SENADO

Diretor: Ricardo Iccassatti Hermano
Diretor-adjunto: Flávio Faria
Serviço de Arte: Bruno Bazílio
Coordenação de Cobertura: Rodrigo Chia
Serviço de Reportagem: Sheyla Assunção
Serviço de Fotografia: Leonardo Alves Sá
Coordenação de Edição: Silvio Burle
Serviço de Portal de Notícias: Mikhail Lopes
Site: www.senado.leg.br/noticias

Jornal do Senado

Editor-chefe: Marcio Maturana

Edição e revisão: Cintia Sasse, Fernanda Vidigal, Joseana Paganine, Juliana Steck, Pedro Pincer, Ricardo Westin e Tatiana Beltrão

Diagramação: Beto Alvim, Claudio Portella e Ronaldo Alves

Tratamento de imagem: Afonso Celso F. A. Oliveira e Roberto Suguino

Arte: Cássio S. Costa e Diego Jimenez

Circulação e atendimento ao leitor: (61) 3303-3333

O noticiário do **Jornal do Senado** é elaborado pela equipe de jornalistas da Secretaria de Comunicação Social e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

Impresso em papel reciclado pela Secretaria de Editoração e Publicações (Segraf)

Meta fiscal de 2017 exige tributo novo, diz relator

Responsável pelo relatório da LDO, Wellington Fagundes afirmou que governo deve se empenhar em recriar CPMF para que previsão sobre contas públicas se concretize

O RELATOR DO projeto da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) de 2017, senador Wellington Fagundes (PR-MT), afirmou que o governo só vai cumprir a meta fiscal do ano que vem se adotar medidas que elevem a arrecadação, como a recriar a Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira (CPMF).

O relatório de Wellington deve ser votado nesta semana pela Comissão Mista de Orçamento (CMO).

O projeto da LDO (PLN 2/2016) prevê um déficit de R\$ 139 bilhões, mas conta com fontes de arrecadação que ainda não se confirmaram, como a recriação da CPMF.

A proposta também se baseia na aprovação da Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 241/2016, que impõe um teto aos gastos do governo e ainda está em análise na Câmara dos Deputados.

Wellington enviou seu relatório à CMO no domingo. Para ele, cabe ao presidente interino Michel Temer e à sua equipe econômica encontrarem formas de arrecadar mais e gastar menos, para que o rombo fiscal não seja maior do que o esperado.

— O governo precisa encontrar fontes de receita para isso. O presidente já veio a público dizer que medidas amargas terão que ser tomadas. Está claro que, com um déficit de R\$ 139 bilhões, o governo terá



Wellington afirma a jornalistas que comissão votará LDO nesta semana e que decisão do Plenário deve ficar para agosto

que arrumar formas de arrecadação. Se ele vai trabalhar pela CPMF, isso é uma decisão a ser anunciada.

Concessões

Entre as medidas que o Executivo pode adotar por conta própria, sem a necessidade de autorização do Congresso, o senador citou a concessão de rodovias, ferrovias e aeroportos e o aumento de tributos como a Cide-Combustíveis.

Ele também fez referência à Lei de Repatriação de Recursos no Exterior, sancionada em janeiro. O prazo para os contribuintes aderirem ao programa de repatriação termina em outubro, mas Wellington informou que o

ministro da Fazenda, Henrique Meirelles, tentará flexibilizar o regulamento na Receita Federal para permitir mais adesões sem mudanças na lei.

O senador espera que a CMO consiga aprovar a LDO amanhã. Ele afirmou que o presidente do Senado, Renan Calheiros, está disposto a convocar sessão do Congresso Nacional no mesmo dia, mas reconhece que isso pode não acontecer em função da eleição para a Presidência da Câmara dos Deputados, marcada para o mesmo dia. Nesse caso, segundo Wellington, a decisão final sobre a LDO deve ficar para agosto.

O senador disse que a aprovação do relatório na CMO já

seria uma sinalização positiva para o mercado sobre o compromisso do Legislativo com a estabilização econômica. Ele acrescentou que, apesar de todas as condicionantes para o cumprimento da meta, a própria proposta da LDO deve ser entendida como um compromisso do Executivo:

— A meta que o governo estabeleceu é uma demonstração para o mercado de que ele está determinado a conter as despesas.

Impeachment

Wellington Fagundes ressaltou que um fator determinante para a previsão orçamentária do ano que vem é a conclusão do processo de

impeachment da presidente afastada Dilma Rousseff. O senador disse crer que o governo interino não discutirá nenhuma grande proposta de aumento de impostos com o Congresso antes do resultado final, que devolverá Dilma à Presidência ou manterá Temer no cargo.

A medida mais imediata sugerida pela LDO é que o Executivo passe a priorizar, em seus investimentos de infraestrutura, as obras que estejam pelo menos 50% concluídas.

O projeto prevê também a criação de um cadastro público na internet de obras federais orçadas a partir de R\$ 50 milhões, para que possa haver constante acompanhamento da sociedade.

O relator sugere ainda que todas as obras orçadas em pelo menos R\$ 10 milhões tenham projeto executivo e estudo de viabilidade técnica e econômica e que o Executivo não possa mais fazer convênios para novas obras com municípios que ainda tenham empreendimentos inacabados da mesma natureza.

Wellington chamou a atenção para a definição de um piso mínimo para investimentos federais em infraestrutura em 2017. Pela proposta da LDO, esse montante não poderá ser inferior ao valor investido em 2016 acrescida a inflação anual.

Projeto sobre abuso de autoridade deve ser votado hoje

O projeto que atualiza a legislação sobre abuso de autoridade (PLS 280/2016) está na pauta da reunião de hoje da Comissão da Consolidação da Legislação Federal e Regulamentação da Constituição.

Durante a reinstalação da comissão na semana passada, o presidente do colegiado, Romero Jucá (PMDB-RR), disse que iria ouvir os integrantes e diversas instituições para a elaboração de um substitui-

vo. O senador destacou que a proposta não busca criar dificuldades para qualquer tipo de fiscalização.

— O objetivo [do projeto] é ampliar as condições de investigação e acompanhar os procedimentos de diversos agentes públicos em sua relação com a sociedade — afirmou Jucá.

De autoria do presidente do Senado, Renan Calheiros, a proposta provoca polêmica entre os senadores. Em discurso

ontem, Ana Amélia (PP-RS) criticou o projeto. Ela disse que os juízes consideram existir uma tentativa de intimidação que poderá vir a fragilizar a autoridade policial, criar uma crise institucional e impedir as investigações. Telmário Mota (PDT-RR) cobrou o aprofundamento da discussão. Para ele, não há clima político para votação de qualquer proposta que tire poderes das forças investigativas que combatem a

corrupção, como procuradores, juízes e Polícia Federal.

Renan defende o projeto, alegando que a legislação que trata do tema é anacrônica. Ele nega que o objetivo seja diminuir o poder investigativo da Operação Lava Jato. Segundo Renan, há consenso na sociedade de que a lei sobre abuso de autoridade precisa ser atualizada e que o fato de ter algum senador sendo investigado não impede o Senado de legislar.

Texto protege ilicitudes e esvazia investigações, afirma Reguffe

O projeto sobre abuso de autoridade, da forma como está sendo discutido, busca proteger autoridades de ilicitudes, afirmou Reguffe (sem partido-DF). Para ele, os senadores não devem aceitar um projeto “que venha a esvaziar a Operação Lava Jato”.

Reguffe pediu também uma reforma que estimule as pessoas a entrar na política. Ele propôs consulta direta à população sobre medidas como o fim do voto obrigatório e da reeleição para cargos do Executivo.



Waldemir Borretto/Agência Senado

Para Ana Amélia, preferência devia ser para o pacote anticorrupção

Ana Amélia (PP-RS) disse que, no lugar de se votar o abuso de autoridade, deveria ser votado o pacote contra corrupção, idealizado pelo Ministério Público e com 2 milhões de assinaturas, que está na Câmara. Entre as medidas, está a que classifica como hediondo o crime de corrupção. Afirmou que os juízes consideram haver tentativa de intimidação que poderá fragilizar a autoridade policial, criar crise institucional e impedir as investigações.



Waldemir Borretto/Agência Senado

Proposta foi feita para sabotar Operação Lava Jato, diz Telmário

Telmário Mota (PDT-RR) cobrou o aprofundamento da discussão sobre o projeto que prevê sanções para abuso de autoridade. O senador disse que o projeto foi feito para prejudicar os servidores e magistrados que comandam a Operação Lava Jato.

— Para mim, essa lei tem endereço certo: Curitiba. Se a intenção é moralizar, então vamos endurecer as penas para os políticos. Não ficaria melhor? Aí, sim, contem comigo e com o apoio da população.



Waldemir Borretto/Agência Senado

Gleisi quer ouvir procurador sobre pedaladas fiscais

Gleisi Hoffmann (PT-PR) afirmou que solicitará a convocação



Waldemir Borretto/Agência Senado

do procurador Ivan Cláudio Marx para depor na Comissão Especial do Impeachment. Ele determinou o arquivamento da investigação que apurava se o atraso nos repasses do governo ao BNDES (as pedaladas fiscais) configuraram crime de responsabilidade. Para a senadora, a decisão do procurador enterra definitivamente os argumentos pelo impeachment de Dilma.

— Como vamos processar e julgar uma presidente da República quando o Ministério Público, que tem a responsabilidade formal de definir o que é crime ou não, diz que não são crimes as pedaladas fiscais?

Projeto facilita novo registro de nome e sexo

Proposta quer estabelecer, pela primeira vez no país, lei que trate da troca nos documentos de pessoas transexuais. Hoje pedidos de alteração dependem de análise da Justiça

Sergio Vieira

O BRASIL PODE ter, pela primeira vez, uma lei que trate da troca de nome e sexo nos documentos de identificação das pessoas transexuais. A proposta, baseada na legislação de nações vizinhas, como Argentina e Uruguai, busca “colaborar para uma cultura de aceitação das diversidades” e reconhecer o que percebe como um direito de parte da população.

— Todos sabem que em nosso país existem muitas pessoas que se percebem em disforia de gênero. Eu mesma, como psicóloga, atendi pessoas assim, apriacionadas em um gênero com o qual não sentem qualquer identificação — diz a senadora Marta Suplicy (PMDB-SP), autora do projeto sobre o assunto (PLS 658/2011).

Para ela, o reconhecimento civil dessa condição tem a capacidade de “mudar de verdade” a vida dessas pessoas. A

opinião é compartilhada pelo professor Leandro Otto, do Centro Interescolar de Línguas no Gama (DF):

— Eu passei por situações constrangedoras ao chegar em locais em que você apresenta sua identidade e a pessoa não acredita e pergunta: “Mas quem é essa pessoa? Cadê sua identidade”? — conta

Otto diz que se sente muito mais otimista e confiante, depois que conseguiu alterar na Justiça o nome e o sexo nos registros.

— O que eu era antes não é nem sombra do que sou hoje. Estou bem mais feliz e conquistando coisas. Isso muda nosso dia a dia — garante.

Ele também considera “importantíssima” a aprovação de legislação para simplificar o processo, que, em seu caso, avaliou como lento, burocrático e angustiante.

O projeto de Marta está na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) e, quando foi aprovado em 2012 na Co-



Segundo Ludymilla, servidora pública transexual, hoje Justiça decide caso a caso

missão de Direitos Humanos (CDH), o ex-senador Eduardo Suplicy chamou a atenção para o que percebeu como uma insegurança jurídica pendente sobre o tema.

— Muitos pedidos de alteração de nome acabam indeferidos, provocando angústia e impacto profundo na vida dessas pessoas — disse o senador, ao defender o relatório dele pela aprovação.

Na prática, pedidos desse tipo na Justiça vêm sendo julgados caso a caso, informa a transexual e servidora pública da Secretaria da Mulher, Igualdade e Direitos Humanos do governo do Distrito Federal Ludymilla Santiago.

Pelo projeto aprovado na CDH, o Código Civil e a Lei de Registros Públicos são alteradas, acolhendo como um direito a mudança de nome e sexo em toda a documentação, com base no reconhecimento da divergência de gênero por laudo médico ou psicológico.

— Aqui em Brasília, a gente procura trabalhar politicamente, por meio de portarias, notas técnicas e até procedimentos internos de órgãos públicos, buscando compensar a ausência de uma legislação apropriada — revela Ludymilla.

Para o consultor na área de direito civil do Senado Roberto Contreras, a aprovação da proposta não teria o poder de acabar com o preconceito contra transexuais ou travestis, pois esse ainda é influenciado por tradições culturais e concepções filosóficas de longa data. Mas reitera que, dentro do Judiciário, o tema tem sido abordado de forma mais liberal desde 2007, a partir de decisões

proferidas pelos ministros Nancy Andrichi e Menezes Direito, do Superior Tribunal de Justiça (STJ).

— Essa proposta, na verdade, trata do princípio da dignidade humana, uma vez que é um fato biológico e psicológico que muitas pessoas não se identificam com o sexo com o qual nasceram. Isso traz muitos transtornos de autoaceitação e até as expõem, na prática, a situações constrangedoras no convívio social — diz o consultor, para quem a mudança oficial nos registros seria “um avanço que poria fim à insegurança jurídica para quem precisa dessas mudanças”.

Violência

O Brasil é o país que mais mata travestis e transexuais, segundo a ONG Transgender Europe. Entre 2008 e 2014, foram notificados 604 assassinatos relacionados de alguma forma a visões preconceituosas contra essa parte da população, num quadro que corrobora dados da pesquisa *A Violência Homofóbica no Brasil*.

O levantamento foi feito pela Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República em 2012 e baseou-se exclusivamente em dados oficiais contendo milhares de denúncias e relatos de violências contra travestis e transexuais, coletados por meio do serviço Disque 100.

— A violência, nas mais diversas manifestações, desde a cultural e psicológica até a física e atentatória à vida, é parte do cotidiano de dezenas de milhares de transexuais no país. Por causa dessa cultura e do preconceito, nossa expectativa de vida é de apenas 35 anos, menos da metade da média nacional — diz Ludymilla.



Leandro Otto se diz mais feliz após conseguir alterar oficialmente nome e sexo

“Transexualismo não é escolha”, explica psiquiatra da UnB

Psiquiatra e professor da Universidade de Brasília, Gabriel Graça, também transexual, aborda a visão da ciência sobre a questão.

De que forma se pode associar o transexualismo e a opção de escolha de um indivíduo?

— O transexualismo está longe de ser um assunto de escolha ou opção pessoal, como se alguém resolvesse de um momento para outro mudar seu sexo. É algo muito mais complexo, um tema sério que merece um enfoque científico, médico e psicológico. Sendo assim, a meu ver, o reconhecimento jurídico e legal da condição desses indivíduos é algo condizente com os caracteres biológicos e pessoais que marcam a constituição de suas personalidades.

Seria algo que se manifesta desde o nascimento, ou desde a primeira infância?

— Sim. Por isso, nos mais diferentes países, o enfoque sobre a disforia de gênero já é feito pela área da saúde. O que há é um dismorfismo sexual cerebral pré-natal divergente da diferenciação biológica do resto do corpo. Simplificando, já podemos afirmar cientificamente que a criança, ao nascer, vem com um cére-

bro inclinado a tornar-se homem ou mulher.

Então, o transexualismo seria uma condição que vai muito além da sexualidade de um determinado indivíduo, como talvez seja a compreensão de “senso comum”.

— Há documentação que comprova, fartamente, manifestações de disforia de gênero muito antes de qualquer manifestação de teor sexual, afetivo ou erótico por uma outra pessoa. Então realmente não se trata de orientação sexual, se trata de como o indivíduo se sente e se enxerga do ponto de vista de seu gênero. É fonte de um enorme sofrimento pessoal, é um desacordo básico, fundamental entre o que a pessoa percebe ser, o corpo que ela vê e como a sociedade lhe trata. Pesquisas demonstram que o índice de tentativas de suicídio entre



transexuais beira 40%. E de fato não é possível associar diretamente a transexualidade com a opção sexual, pois há inúmeros casos de transgêneros, homens e mulheres, que mesmo após a redesignação adotam opções sexuais que seriam vistas como “heterossexuais” sob uma estrita ótica de senso comum.



Assista a vídeo da Agência Senado sobre o projeto que facilita troca de nome em documentos: <http://bit.ly/trocaDocumentos>

Saiba mais

Projeto de Lei do Senado 658/2011 — http://bit.ly/pls658_2011

Site da SDH sobre direitos LGBT — <http://www.sdh.gov.br/assuntos/lgbt>

Relatório *A Violência Homofóbica no Brasil (2012)* — <http://bit.ly/violenciahomofobica>

Veja todas as edições do **Especial Cidadania** em www.senado.leg.br/especialcidadania